

Memorando Conselho Geral – 7 de fevereiro de 2023

:

No dia 7 de fevereiro de 2023, na Escola Secundária D. Afonso Henriques, reuniu o Conselho Geral, tendo cumprido a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Informações.

Ponto dois: Apreciação do relatório do 1º período do PAA.

Ponto três: Autoavaliação do Agrupamento.

Ponto quatro: Plano de formação.

Ponto cinco: Apreciação dos resultados da avaliação dos alunos do 1º período.

Ponto seis: Orçamento 2023

Ponto sete: Outros assuntos

No **ponto um**, a Diretora do Agrupamento transmitiu algumas informações, destacando-se:

- Ponto de situação quanto à distribuição de computadores, no âmbito do plano digital, tendo referido que todos os computadores do tipo 1 e os destinados a professores já estavam entregues, esperando-se que nos próximos dias fique concluída a entrega dos restantes. Acrescentou que para que tal fosse possível o agrupamento teve de garantir meios para ir buscar os computadores e que tal foi concretizado com a colaboração da junta de freguesia de Vila das Aves e de professores do agrupamento. Alertou ainda que apesar da entrega estar a ficar concluída continuam as preocupações, agora relacionadas com avarias dos mesmos e com a impossibilidade de as famílias conseguirem suportar os custos da reparação.

- Está a ser implementado um projeto piloto, transversal ao todo o agrupamento, que poderá vir a dar origem a um projeto bilingue e que, para já, foram desafiados os docentes, de forma voluntária, a utilizarem o inglês nas suas aulas, por exemplo, dando uma aula em inglês ou abordando algumas palavras ou conteúdos.

- Preocupação com a constante insegurança junto à Escola Básica Ave, que apesar dos constantes apelos para que os pais não parem ou estacionem junto ao portão, quando vão levar os alunos à escola, continuam a não ser respeitados. Informou que tem pedido maior acompanhamento da Escola Segura e solicitou ao departamento da mobilidade da Câmara Municipal de Santo Tirso a possibilidade de construção de um corredor para os transportes públicos.

. Na Escola Básica de S. Tomé o sistema de aquecimento e água quente continua a funcionar só com uma bomba térmica, não havendo ainda previsão para a resolução da avaria da segunda bomba, sendo a situação do conhecimento da DGEstE e da Câmara Municipal de Santo Tirso.

- Na Escola Secundária detetou-se uma infiltração numa das paredes do pavilhão gimnodesportivo, tendo sido reportada à DGEstE com conhecimento da Câmara Municipal de Santo Tirso, aguardando-se ainda resposta.

- Na sequência das assembleias de turma e reuniões com os encarregados de educação, deu conta que alguns encarregados de educação manifestaram preocupação com as alterações nos produtos dos lanches da Câmara Municipal, considerando-o, por vezes, inapropriado, nomeadamente à segunda-feira. Os alunos da escola secundária destacaram que os aquecedores existentes em algumas salas não aquecem o suficiente, tendo pedido melhoria no aquecimento das salas.

Na sequência das informações gerou-se alguma reflexão em torno das várias temáticas tendo sido apontadas algumas sugestões.

No **ponto dois** procedeu-se à apreciação do relatório do 1º período do PAA. O relatório segue a estrutura dos relatórios anteriores, destacando-se que foram realizadas todas as atividades propostas exceto duas, devidamente justificadas. Regista-se a participação, de forma equilibrada, de todas as escolas do agrupamento e o envolvimento dos vários departamentos e clubes. No que diz respeito ao cumprimento dos objetivos gerais do projeto educativo, as atividades centraram-se sobretudo em desenvolver nos alunos comportamentos, atitudes e valores adequados prevenindo situações de absentismo e indisciplina, 36%, assim como melhorar as aprendizagens, 33%. Comparativamente ao ano letivo anterior destaca-se um aumento de atividades com referência a objetivos parcialmente cumpridos e, por vezes, sem fundamentação para não terem sido totalmente atingidos.

As atividades foram avaliadas de forma positiva, tendo as mesmas possibilitado aprendizagens diversificadas e o desenvolvimento de várias competências.

O conselho geral fez uma apreciação positiva do relatório.

Apreciou-se também o Balanço do Centro Qualifica no ano 2022, tendo-se concluído que o balanço do trabalho realizado e dos resultados alcançados é positivo. Foram atingidas as metas de inscitos, foram vários os candidatos ou formando que obtiveram certificação (nível básico, nível secundário) e também mais de mil certificações resultado dos encaminhamentos para formações modulares. A equipa continua a desenvolver ações para divulgar o Centro, de modo a atingir o maior número de inscrições e dar resposta aos adultos que procuram o Centro, contribuindo para a educação e melhoria das qualificações dos adultos.

No **ponto três** foi analisado o relatório da equipa de Autoavaliação do Agrupamento. O mesmo dá conta que a equipa procedeu ao estudo dos resultados obtidos pelos alunos do agrupamento no ano letivo de 2021/22, dando continuidade ao estudo estatístico já efetuado em 2020/21. Vários elementos colaboraram nos trabalhos de construção do projeto educativo e do regulamento interno. Foi elaborado um folheto informativo do processo de autoavaliação. O cronograma prevê o estabelecimento de indicadores e a elaboração de instrumentos de autoavaliação até final de fevereiro, seguindo-se a sua aplicação até abril, decorrendo o respetivo tratamento de dados durante os meses de maio e junho e a elaboração do relatório final previsto para julho. Considerou-se que o trabalho está devidamente planificado, devendo o relatório final ser analisado em julho.

No **ponto quatro** foi abordado o plano de formação do AEDAH. O mesmo resulta da articulação com o Centro de Formação Sebastião da Gama, seguindo a legislação e as orientações a nível nacional, sem esquecer Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), o Plano de Ação para a Transição Digital e e as novas prioridades inseridas no “Plano integrado para a recuperação das aprendizagens”. A elaboração do plano teve ainda em atenção as respostas dos docentes ao questionário aplicado em 2021, neste âmbito, e também à recolha de informação, de modo informal, através dos representantes do pessoal não docente. Decorreram já algumas formações, por exemplo, formação no âmbito da capacitação digital, tendo vários elementos do agrupamento participado. No passado dia 1 de fevereiro decorreram no agrupamento duas ACD, “Aprendizagem ativa” (3h) destinadas aos diretores de turma e “Da avaliação à classificação” (3 h) aberta a todos os docentes. Para o pessoal não docente foi estabelecida uma parceria com a Casa do Professor de Braga que tem possibilitado a formação, em várias áreas, aos assistentes técnicos e aos assistentes operacionais.

O conselho geral aprova o referido plano considerando que a formação ajuda a resolver problemas do dia a dia e é um contributo para a melhoria das aprendizagens dos alunos. A formação continua contribui para a melhoria de práticas, aperfeiçoamento de estratégias que respondam aos problemas que vão surgindo em sala de aula e na escola, motivando pessoal docente e não docente e potenciando a qualidade da Educação.

No **ponto cinco** procedeu-se à apreciação dos resultados da avaliação dos alunos no 1º período. Por ano de escolaridade, analisaram-se os resultados considerando as percentagens de insucesso e a qualidades de sucesso. De um modo geral, os resultados foram considerados bons. Registam-se algumas situações pontuais que merecem mais atenção, de modo a melhorar o sucesso e que estarão já a ser acompanhadas pelos respetivos grupos disciplinares.

No **ponto seis**, Orçamento 2023, destacou-se a redução significativa da verba a gerir pelo agrupamento, na sequência da municipalização da educação. Como linhas orientadoras foi referido o rigor, priorizar os aspetos pedagógicos, investir na melhoria dos espaços e equipamentos, se possível. No que diz respeito ao planeamento e execução, pela Diretora, no domínio da ação social escolar, foi definido dar continuidade ao apoio aos alunos que forem sinalizados, devendo os diretores de turma reportar à diretora eventuais situações a acompanhar.

No **ponto sete**, Outros assuntos, foi aprovada uma adenda ao regulamento interno que altera a redação do artigo 159º- Faltas de material didático, que passa a ter a seguinte redação:

Sempre que o material em falta não seja partilhável e inviabilize a realização da aula pelo aluno, nomeadamente a falta do Kit informático fornecido pela Escola Digital (computador portátil e router), será marcada falta de material. Esta falta será devidamente comunicada pelo professor ao EE ou ao aluno quando maior. A justificação da ocorrência deverá ser apresentada, por escrito, pelo EE ou aluno quando maior, no prazo máximo de 3 dias úteis. O professor analisará a justificação e decidirá pela respetiva justificação ou não, comunicando-o ao EE ou aluno quando maior. A não entrega de justificação no prazo estipulado é equivalente à falta de material injustificada. Quando o aluno atingir, na mesma disciplina, 3 faltas de material injustificadas (considere-se falta em três dias diferentes)

será marcada falta de presença injustificada. Cabe ao professor da disciplina informar, então, o DT do motivo dessa falta. A ocorrência será comunicada ao EE pelo diretor de turma. Em caso de nova reincidência sem justificção (outras três faltas de material não justificadas) será marcada falta injustificada e convocado, pelo diretor de turma, o EE para vir à escola a fim de resolver o problema.